

INTERNACIONAL

Jordânia . O ministro da Saúde da Jordânia foi demitido, neste sábado (13), depois que sete pacientes morreram após faltar oxigênio em um hospital que tratava doentes com Covid-19. A população teve de conter centenas de parentes revoltados, segundo relatos de testemunhas e da mídia local.



Promotoria pede 6 meses de prisão para Jeanine Añez

Ministério Público da Bolívia pediu, ontem, pena de seis meses de prisão para a ex-presidente Jeanine Añez e dois de seus ministros de governo

O Ministério Público da Bolívia pediu, neste domingo (14), pena de seis meses de prisão para a ex-presidente Jeanine Añez e dois de seus ministros. O pedido ainda precisa ser avaliado pela Justiça. Añez, ex-presidente interina da Bolívia, foi detida na madrugada deste sábado (13), pelas acusações de conspiração, sedição e terrorismo em meio à renúncia de Evo Morales, em novembro de 2019.

Añez foi detida em sua casa, na cidade de Trinidad. Ela foi encontrada pelos policiais escondida dentro de uma cama box, segundo a agência estatal de notícias ABI. Em seguida, foi levada para uma cela em um quartel de La Paz. Além de Añez, há outros de prisão contra cinco ministros que integraram seu governo. Dois deles já foram capturados.

A ex-presidente considera sua detenção "um ato de abuso e perseguição política" por parte do governo do presidente Luis Arce, que a acusa "de ter participado de um golpe que nunca ocorreu". Ela disse também que o processo que "não tem pé nem cabeça". Após a prisão, Josep Borrell, alto representante da União Europeia, expressou no Twitter que "as acusações pelo ocorrido em 2019 devem ser resolvidas com uma justiça transparente e sem pressões políticas". Pediu também diálogo e reconciliação.

Um embaixador dos Estados Unidos em La Paz solicitou, em comunicado, que "sejam respeitados todos os direitos civis e garantias legais". A Conferência Episcopal da Bolívia exigiu, em um comunicado, a libertação imediata dos detidos. E argumentou que, como instituição, não podem "permanecer passivos, enquanto prendem cidadãos que serviram à Bolívia, com suas limitações, em difíceis momentos de sua história e buscando caminhos de pacificação".

Papel

A UE e a Igreja Católica cumpriram um papel chave na transição do governo de Evo para Añez. Alguns líderes e grupos da sociedade civil convocaram protestos contra as prisões, descri-



Añez foi detida pelas acusações de conspiração, sedição e terrorismo

tas como uma "perseguição política" contra aqueles que "defenderam a democracia e a liberdade em 2019", disse o ex-presidente Carlos Mesa (2003-2005) no Twitter.

Os principais partidos da oposição, conservadores de direita, negam que tenha havido um golpe na Bolívia no final de 2019. Naquele período, Evo disputava um quarto mandato nas urnas, mas houve denúncias de fraude eleitoral. Em meio à convulsão social e um levante dos policiais, ele renunciou e se exilou no México. Añez, então vice-presidente do Senado, assumiu como presidente interina, dois dias depois da renúncia, por meio de uma controversa manobra legislativa.

A oposição afirmou que, como ex-presidente, Añez deveria ser julgada pelo Parlamento e não por tribunais comuns, mas o ministro da Justiça negou a possibilidade de um julgamento privilegiado. A denúncia contra a ex-presidente foi apresentada por um bloco de deputados e ex-deputados do MAS, legenda de Evo e do atual presidente do país, Luis Arce. A questão seguiu para a Justiça. No processo, a Promotoria acusa a cúpula do governo de Evo e de ter causado mais de 300 mortes na repressão aos protestos após a saída de Evo.

Civis foram assassinados em Sacaba (Cochabamba) e Senkata (El Alto), em meio à repressão das forças de segurança do governo contra as manifestações pró-Evo Morales. As acusações de "sedição, conspiração e terrorismo" referem-se ao modo como Añez atuou no período em que esteve interinamente no poder -entre 12 de novembro de 2019, dois dias depois da renúncia de Evo, e 8 de novembro de 2020, quando assumiu Luis Arce, que venceu as eleições realizadas em outubro.

As penas para os crimes descritos, caso sejam confirmadas, vão de 5 a 20 anos de prisão. A ordem de prisão também atinge os ex-ministros Arturo Murillo (Governador), Luis Fernando López (Defesa), Yerko Núñez (Presidência), Álvaro Coimbra (Justiça) e Rodrigo Guzmán (Energia). Sem citar a ex-presidente diretamente, Evo pediu punição firme. "Por justiça e verdade para as 36 vítimas fatais, os mais de 800 feridos e mais de 1.500 detidos ilegalmente no golpe de Estado. Que se investigue e sancione os autores e cúmplices da ditadura que abalou a economia e prejudicou a vida e a democracia na Bolívia", escreveu, em uma rede social, no sábado (13).

Oposição
Em seu mandato, de 11 meses, Añez enfrentou uma dura oposição do partido de Evo, que incluiu atos violentos e bloqueios de estradas reprimidos pelo Estado. Durante o governo de Añez, a Justiça boliviana abriu processos judiciais contra Evo, que o acusavam de terrorismo por estimular protestos violentos. Uma ordem de prisão foi expedida contra ele, mas o ex-presidente se refugiou no exterior. A ordem de prisão foi cancelada em outubro, após a vitória de Arce.

Añez também foi criticada pela má gestão da crise da pandemia. Houve casos de corrupção, como a compra superfaturada de respiradores, caso que levou à prisão do então ministro da Saúde, a um mês das eleições de outubro, da desistência de sua candidatura, pedindo "união" contra o partido de Evo. A prisão de Añez foi feita uma semana depois de ela ser derrotada nas eleições regionais, quando disputou o cargo de governadora do departamento de Beni. Seu desempenho nas urnas foi medíocre, e ela ficou em terceiro lugar. Já o direitista Luis Fernando Camacho, aliado na manobra que levou à renúncia de Evo, saiu vitorioso e foi eleito governador de Santa Cruz de la Sierra. Ele também é alvo da ação contra Añez, mas a promotoria não ordenou sua prisão.

Vacinação de profissionais reduz contágio domiciliar

Dados de profissionais de saúde excessos estudados forneceram nesta semana mais um indicio de que a vacinação reduz a transmissão da Covid-19. O trabalho acompanhou 194.362 pessoas -144.525 funcionários da Public Health Scotland (PHS), serviço público de saúde, e seus familiares. É o primeiro estudo a relatar evidências diretas de redução da doença em contatos de pessoas que foram vacinadas, segundo o presidente do comitê de saúde pública da Associação Britânica de Medicina, Peter English. O trabalho, do qual participaram cientistas das universidades de Glasgow e de Edimburgo, do Imperial College e da Escola de Higiene e Medicina Tropical de Londres, mostrou uma queda nas taxas de infecção nos contatos domiciliares de profissionais de saúde que haviam sido vacinados, em comparação com os contatos dos que não tinham recebido o imunizante. A redução foi mais significativa quando os funcionários do PHS tinham tomado as duas doses da vacina há pelo menos 14 dias: nesses casos, a taxa de Covid-19 de seus familiares foi pelo menos a metade da dos familiares de profissionais não vacinados. Na média, os membros da família de profissionais de saúde vacinados tinham 30% menos probabilidade de serem infectados. De acordo com os auto-

res, o trabalho oferece informações relevantes para decisões de autoridades de saúde sobre vacinação. "Ele reforça que imunizar com prioridade grupos mais expostos ao contágio tem impacto na redução da transmissão também em outros segmentos da população", escreveram. Segundo a presidente da Sociedade Britânica de Imunologia, Deborah Dunn-Waters, porém, "ainda é cedo e há muito o que aprender sobre o efeito da vacina no contágio". "Por enquanto, é muito importante que todos sigam as diretrizes de distanciamento físico, mesmo que tenham sido vacinados".

Os funcionários acompanhados eram jovens, o que impede que os resultados sejam extrapolados para o caso de idosos, afirmou English. Outra limitação, de acordo com ele, é que não é possível comparar a eficácia das vacinas usadas, já que a grande maioria dos profissionais de saúde recebeu o imunizante da Pfizer-BioNTech, e uma parcela menor, a de Oxford/AstraZeneca. O professor de epidemiologia de doenças infecciosas da Universidade de Nottingham Keith Neal afirma que o grau de proteção pode ser maior que o determinado pelo trabalho, já que as pessoas que moram com trabalhadores de saúde vacinados podem ter se contaminado em outras fontes de coronavírus.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ - Conselho de Honoraria - 1511 Rua Floriano Peixoto, 111 - Centro - Fortaleza - CE - 04052-000. Tel: (85) 3101-1111.
ANTÔNIA DILCE RODRIGUES FELIÃO CPF nº 322.536.123-54
NANMAY PINHEIRO FREITAS ARAÚJO CPF nº 043.793.933-95
MÁRIA DAS GRAÇAS DA SILVA GUERREIRO CPF nº 043.793.933-95
APORT SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS LTDA CNPJ nº 07.307.899/0001-01
RESERVA TERRA DRÁULIS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA
MARECHÓ DO SOBRAL ALCIDES
JADURU PISH COMÉRCIO DE PECADOS - ME
COOPERATIVA ADMINS. E DE PRODUÇÃO BARRANDEIROS LTDA - 1511 Rua Floriano Peixoto, 111 - Centro - Fortaleza - CE - 04052-000.

JAMIE ARAÚZE SERVIÇO REGISTRAL
RUA MAJOR CASARINHO, 709, CENTRO, FONE: 3231.23.53
CARTÓRIO JERISSATI
SERVIÇO REGISTRAL DISTRITO HUCIRPE
COMARCA DE FORTALEZA - ESTADO DO CEARÁ
AV. ABOLIÇÃO, 320 - HÉREDES
CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DE HONRABILIAZ
Fazer saber que pretendem ser casar civilmente neste Cartório os nubentes:
nº 8901 - JOSÉ WILSON LETTE JUNIOR e FRANCISCA HIGIENS DA FONSECA

TERESA SA - CNPJ nº 07.298.989/0001-68 - NIRE nº 53.030.015-588
ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MISSAO VELHA - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 2021.03.12.1
ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBATE - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 11.83.917/2021
ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MISSAO VELHA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CHAMADA PÚBLICA Nº 0001/2021
PREFEITURA MUNICIPAL DE MISSAO VELHA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CHAMADA PÚBLICA Nº 0001/2021
MSX ENGENHARIA LTDA
Torne público que requererá à Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE, a Autorização Para Uso Alternativo do Solo (Implantação de Empreendimentos), para uma possuída, no Sítio Conceição, S/N, Centro, Guarimirim - CE. Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas Normas e Instruções de Licitação do SEMACE.